

Educação a Distância no Ensino Superior: Expansão com Qualidade? Distance Learning in Higher Education: Expansion and Quality?

Francisco Paulo do Nascimento

Doutor em Educação

Beatrice Laura Carnielli

Doutora em Educação

Resumo

Este estudo objetivou investigar e analisar a necessidade de expansão da educação a distância no ensino superior, bem como a possibilidade de esse novo paradigma oferecer educação com a qualidade necessária para enfrentamento dos desafios de socialização do conhecimento. Foi elaborado por meio de pesquisa bibliográfica que alcançou contribuições teóricas sobre a relevância do conhecimento para o desenvolvimento mundial e de pessoas, educação, pesquisas sobre demanda e oferta de vagas no ensino superior, estudo comparativo entre ensino tradicional e ensino a distância, referenciais para educação a distância de qualidade, entrevistas em reportagens com professores e autoridades educacionais e relatos sobre experiências em aulas não presenciais. O trabalho indica que há demanda reprimida e crescente por vagas no ensino superior, que a infraestrutura do País não é capaz de gerar a quantidade de vagas demandadas, e que o ensino a distância é capaz de ensejar educação de qualidade.

Palavras-chave: Ensino a distância; Expansão; Qualidade. Educação superior.

Abstract

The objective of this study was to examine and analyze the need to expanding distance learning in higher education, as well as the possibility of this new paradigm offering education with the necessary quality to face up the challenges of knowledge socialization. The study was developed through bibliographic research which reached theoretical contributions on the relevance of knowledge to world and people development, education, research on supply and demand of openings in higher education, comparative study between traditional and distance education, standards of distance education, interviews with professors and educational authorities and reports on docent experiences in non-presential classes. This study indicates that there is an unfulfilled and growing demand for openings in higher education, that our country's infrastructure is not able to generate the urged amount of vacancies and that distance learning figures to be capable of offering quality education.

Key-words: distance learning; expansion and quality of higher education.

Artigo publicado na Revista da UNICAMP - ETD – Educação Temática Digital , Campinas, v.9, n.1, p.84-98, dez. 2007 – ISSN: 1676-2592. 9

Introdução

As transformações que afetam o mundo alteram relações de poder, relações econômicas e relações culturais, acirram competitividade, agravam questões antigas e suscitam novas. Impõem às nações e às suas instituições busca por inovação nos meios e formas para prevenir, enfrentar e solucionar problemas cuja resolução estará centrada no conhecimento, conforme se depreende da leitura de Drucker (2001). Para ele, o fator básico de produção não é mais o capital, os recursos naturais, nem a mão-de-obra, mas o conhecimento, componente emblemático da sociedade pós-capitalista. Infere-se da abordagem do autor que o conhecimento potencializa países, organizações e pessoas, que sua falta pode sujeitar países à periferia do mundo globalizado, organizações ao fracasso e pessoas ao desemprego, deixar de ser um ativo e transformá-lo em um passivo.

Senge (1990), Drucker (1998, 2001), Motta (1998) e Albuquerque (1992) aludem à velocidade das mudanças e a seu caráter contínuo, caudatários da globalização, e realçam a importância do conhecimento na nova ordem mundial. Já em 1979, Freire, em sua obra “Multinacionais e Trabalhadores no Brasil”, associava a questão dos efeitos da mundialização das relações à educação ao citar que “todo militante da educação popular é confrontado, em sua prática cotidiana, com os problemas econômicos concretos que condicionam a realidade social, a vida das pessoas e, em consequência, o processo educativo” (FREIRE, 1979, p. 19).

Os pensamentos desses autores permitem concluir que a sociedade não pode prescindir de ações que propiciem, significativa e rapidamente, a inclusão de pessoas em cursos superiores, o que suscita adoção de processos mais modernos de ensino e de novos paradigmas educacionais capazes de ampliar oferta de oportunidades de educação. Nessa linha, a professora Wickert cita que a Declaração Mundial sobre a Educação Superior no Século XXI, realizada pela UNESCO, listou entre as recomendações “a valorização da diversificação na educação, com o uso de métodos educativos inovadores [...] e a ampliação de oportunidades, via educação a distância, que envolve projetos de escolas virtuais”.

Presentes, pois, a preocupação com a expansão das oportunidades de construção do conhecimento, e a inquietação sobre a qualidade dos processos educacionais, que devem ser empregados em políticas educacionais de nível superior para os novos tempos.

A que tipo de instituição caberia o papel da construção e difusão do conhecimento? Às universidades, precipuamente, sugere o senso comum. À academia recai a missão de potencializar

capacidades humanas, de preparar pessoas para pensar com independência, para aprender a ser ente único, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a aprender, com o que tenderão a conquistar emancipação individual sob aspecto culturais, econômicos e sociais, e a colaborar com o projeto de desenvolvimento da nação a que pertencem e com o tecido social em espectro mais amplo.

E teriam as universidades capacidade para promover expansão do ensino superior em quantidade e qualidade que a modernidade exige? Teria o ensino a distância inclinação para facilitar significativamente o acesso de pessoas à educação superior, preservada a qualidade? Essas são as inquietações que o presente trabalho investiga mediante revisão literária breve, sem o condão, no entanto, de pacificar eventuais controvérsias. Objetiva mais convidar à reflexão e ao debate que trazer verdades.

Desenvolvimento

O que seria educação a distância?

Oportuno aludir a aspectos semânticos de educação e “educação a distância”. Chaves, no artigo “A Filosofia da Educação e a Análise de Conceitos Educacionais”, cita diversas concepções de educação tais como: transmissão de conhecimentos, preparação para a cidadania democrática responsável, desenvolvimento de potencialidade do indivíduo e preparação para o exercício de uma profissão, que sugerem educação como “processo através do qual indivíduos adquirem domínio e compreensão de certos conteúdos considerados valiosos”. Essa linha é acompanhada por Machado ao citar que educação vem do “latim - *educatio*, do verbo *educare*”, que seria instruir, fazer crescer, criar, e que o termo é “associado à ação de conduzir a finalidades socialmente prefiguradas” (2000, p. 20). E a distância significa, segundo saber geral, que professores e alunos estão em ambientes físicos diferentes.

Parece que, sendo a educação processo interior do indivíduo, o ensino é que seria a distância, não a educação. Conquanto essa questão não seja escopo deste trabalho, pois que demandaria estudos e remissões a outras obras de autores que tratam da filosofia da educação, registra-se a preocupação semântica que, se pode parecer de somenos importância para a discussão

que se seguirá, talvez seja uma questão ainda em aberto, merecedora de análise mais detida e abalizada.

Wolfram Lasser aborda características das terminologias “ensino a distância”, “aprendizagem a distância” e cita que ambas são restritivas, sendo a primeira muito voltada para o professor, e a segunda centrado somente no aluno. E conclui que a terminologia “educação a distância” seria a mais adequada, constituindo “a educação que é oferecida a estudantes que estão fisicamente distantes, separados no espaço e no tempo de seus professores” (LASSER, 1997, p. 20).

Definição de educação a distância consta de Relatório da Comissão Assessora para Educação Superior a Distância, constituída pelo MEC:

atividade pedagógica que é caracterizada por um processo de ensino-aprendizagem realizado com mediação docente e a utilização de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes e tecnologias de informação e comunicação, os quais podem ser utilizados de forma isolada ou combinadamente, sem a freqüência obrigatória de alunos e professores (COMISSÃO ASSESSORA PARA EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA, 2002, p. 25).

Esse é o conceito acolhido para o desenvolvimento deste trabalho.

Haveria efetivamente aumento de demanda por ensino superior no Brasil? O número de vagas no ensino tradicional é capaz de atender à demanda? Segundo o Relatório da Comissão Assessora para Educação Superior a Distância, em 2004 a perspectiva era de 3.887 mil alunos matriculados em cursos de graduação. Para atender a demanda projetada, que considerou crescimento de 13% ao ano, seriam necessárias 875 mil novas vagas anuais. Para o ano de 2.010, a projeção da demanda por matrículas apresentada pelo DEAS/INEP/MEC alcançou a 9.234.548 alunos. Inexiste, no entanto, indicação do aumento do número de vagas nesse ritmo de crescimento.

Mas talvez a questão não se restrinja ao número de vagas. Ainda que a oferta se apresentasse compatível com a demanda, o equilíbrio somente ocorreria se o preço da oferta fosse igual ou próximo ao preço que a demanda aceita pagar, o que não se verifica no presente, nem se garante para o futuro. Dados do INEP indicam que no ensino superior privado, em 1997, existiam 505.377 vagas e 391.041 ingressos, a refletir ociosidade dos investimentos.

Em 2003 existiam 1.721.520 vagas e 995.874 ingressos, ou seja, a quantidade de vagas supera o número de matrículas, o que confirma desencontro entre demanda e oferta, talvez em

função de hiato entre preço da oferta e renda dos candidatos a vagas, de cuja causa não se tem elementos para formar convicção.

O cotejo do quadro de vagas e ingressos no período de 1997 a 2003 indica que a cada ano a relação entre quantidade de alunos matriculados e vagas no ensino superior privado no Brasil vem caindo, conforme demonstrativo a seguir:

Tabela I - Demonstrativo de vagas e ingressos no período de 1997 a 2003

Anos	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Vagas	505.377	589.678	740.923	970.665	1.151.994	1.477.733	1.721.520
Ingressos	392.041	454.988	570.141	664.474	792.069	924.649	995.873
% ingressos	77,5%	77,1%	76,9%	68,4%	68,7%	62,5%	57,8%

Fonte: Deaes/INEP/MEC.

De acordo com o ritmo de crescimento de vagas no período demonstrado, a demanda projetada para 2004 (3.889 mil novos alunos) não encontraria quantidade ofertada suficiente. Além disso, o quadro permite inferir que demanda e oferta não encontram equilíbrio, talvez porque aquela não encontre preço condizente já que, em 2003, 42,2% das vagas não foram preenchidas.

Há, portanto, demanda reprimida, que talvez não tenha vocação para suprimida, por vagas no ensino superior, mesmo se as vagas ofertadas fossem ocupadas. É mais uma questão em aberto, pois não há evidências sobre eventual inadequação na formação de preço da matrícula ou de redução da renda das famílias, ou de ambas.

E conclui o Relatório da Comissão Assessora para Educação Superior a Distância: “considerando as dimensões do país, a quantidade de pessoas a serem educadas, a infra-estrutura física disponível e o número de educadores com capacidade para facilitar o processo, a educação a distância no ensino superior é, mais do que viável, necessária” (2002, p. 4).

O Brasil teria capacidade de investir em instalações físicas para gerar suficiente número de novas vagas no ensino superior? O setor público, provavelmente, não. É o que denota entrevista do reitor da Universidade de Brasília, Timothy Mulholland, a André Augusto Castro, da UNB Agência, em 30.06.2006, em que diz: “a universidade pública brasileira está estancada em seu crescimento há quase 15 anos e a expansão física é muito lenta e custosa”. E o setor privado teria? Trata-se de uma incógnita. Talvez tenha, mas conforme demonstrado no quadro I, é possível que o

preço de vaga ofertada não seja condizente com a renda do candidato, o que enseja desencontro entre procura e oferta e, por conseqüência, inibiria novos investimentos.

Estudo de Lisoni e Loyolla intitulado “Custos: Uma Análise Comparativa entre Educação Presencial e a Distância” denota que os custos de implantação e operação de cursos presenciais são superiores aos incorridos em cursos a distância, a indicar que os cursos não presenciais são mais viáveis economicamente, se pretendido o equilíbrio entre oferta e demanda, que os presenciais.

Trazidas essas questões, enfatizando o caráter inexorável da necessidade de incluir mais pessoas em cursos superiores imposta pelo mundo do conhecimento, considerando a demanda crescente por educação em nível superior, e em vista da escassez de recursos para atendimento da demanda presente e vindoura, se afigura apropriado o aumento da prática da educação a distância, que no dizer de Belloni (2002, p. 5), é “parte de um processo de inovação educacional mais amplo...”

E já se observa um processo evolutivo no credenciamento e autorização de cursos superiores regulares de educação a distância. Dados do MEC/INEP revelam crescimento de 30% em 2005 relativamente a 2004 e aumento do número de instituições que oferecem aulas a distância. Em 2004 eram 166 instituições, em 2005 passaram para 217. Em 1998 eram apenas 8 instituições, 22 em 1999, 27 em 2000, 37 em 2001 e 84 em 2002, o que revela crescimento significativo.

Quanto ao número de cursos, em 2003 apenas 52 eram oferecidos por EAD, alcançando a 321 em 2005. E há sinalização do governo de que a Universidade Aberta do Brasil oferecerá 198 cursos em 2007, o que testemunhará aumento do número de vagas em ensino superior a distância.

Questão que inquieta as mentes é a indagação sobre a conjugação do crescimento da EAD com a qualidade, também objeto deste trabalho. Afora o fato de a educação a distância constituir processo novo, e por isso acompanhado de certa e natural desconfiança quanto a sua qualidade, talvez se afigure precipitado creditarem-se ao novo modelo dúvidas sobre a capacidade de essa tecnologia educacional ser capaz de colaborar de forma significativa com a construção de conhecimento.

Nesse diapasão, é oportuno aduzir referenciais comparativos entre modelo de educação tradicional e de educação a distância, pois, parece-nos, o mal de que esta padecer, sofrerá aquela, se os marcos regulatórios não forem claros e obedecidos, se os projetos educacionais e respectivas

estruturas não forem condizentes com os modelos recomendáveis, se as práticas pedagógicas não traduzirem os projetos de ensino, nem atenderem às necessidades dos aprendentes.

Em trabalho titulado “Referenciais de Qualidade para Cursos a Distância”, Neves (2003, p. 4) relaciona dez itens básicos que devem nortear programas e cursos a distância e cita que os referenciais “se assemelham aos que se exigem para os cursos presenciais, e reflete uma visão de que, com mais ou menos presença em sua sala-de-aula, o que importa para o cidadão e para a sociedade brasileira é ter uma formação pautada em inquestionável padrão de qualidade”, e lista os seguintes itens:

- 1 - compromisso dos gestores;
- 2 - desenho do projeto;
- 3 - equipe profissional multidisciplinar;
- 4 - comunicação/interação entre os agentes;
- 5 - recursos educacionais;
- 6 - infra-estrutura de apoio;
- 7 - avaliação contínua e abrangente;
- 8 - convênios e parcerias;
- 9 - transparência nas informações;
- 10 - sustentabilidade financeira.

Neves (2003) comenta, de forma detida, a função dessas exigências, permitindo observar que os itens básicos a serem exigidos são empregados nos modelos tradicionais de ensino, não devendo, pois, um e outro modelo, prescindirem das recomendações expendidas. Ora, pelo mesmo motivo que algum dirigente seria levado a cometer a incúria de inobservar requisitos de qualidade em um curso a distância, seria também conduzido a fazê-lo em curso presencial.

Igual sorte é estendida ao arcabouço legal. Os arranjos administrativos de credenciamento, fiscalização e de avaliação preconizados pela autoridade educacional do País alcançam, respeitada a diversidade e os estágios de evolução respectivos, tanto um como outro modelo. Assim, eventual falta de qualidade não deve, por comedimento de juízo, ser debitada ao fato de o curso ser a distância, mas a fatores comuns aos modelos tradicionais.

Análises sobre práticas docentes do modelo presencial e do ensino a distância não autorizam cogitar-se, *a priori*, de desvantagem qualitativa deste para aquele. Ao contrário, muitos

aspectos do ensino a distância se revelam mais alvissareiros que os praticados no ensino presencial. Machado e Machado (2004), citando Iranita Sá (1998), apresentam esses aspectos da seguinte forma:

Tabela II – Comparativo entre práticas docentes no ensino presencial e na EAD

Educação presencial	Educação a distância
Conduzida pelo professor.	Acompanhada pelo tutor.
Predomínio de exposições.	Atendimento individual ou grupal ao aluno. O tutor mais ouve ou lê que fala.
Processo centrado no professor.	Processo centrado no aluno.
Processo como fonte central de Informações.	Diversificadas fontes de informações (material impresso e multimeios).
Convivência, em mesmo ambiente físico, de professores e alunos.	Interatividade entre aluno e tutor sob outras formas, com ocasião para “momentos presenciais”.
Ritmo do processo ditado pelo professor.	Ritmo determinado pelo aluno segundo suas condições e aptidões.
Contato face a face entre professor e aluno.	Múltiplas formas de contato, incluída a ocasional face a face.
Elaboração, controle e correção das avaliações pelo professor.	Avaliação segundo parâmetros acordados entre tutor, gestores e alunos.
Atendimento pelo professor nos rígidos horários de orientação e sala de aula.	Flexibilidade de horários, lugares e meios diversos.

Fonte: Iranita Sá. Educação a distância: processo contínuo de inclusão social, CEC, 1998, p. 42.

A respeito de material didático para os dois tipos de ensino, segundo comparações entre recursos empregados no ensino presencial e no ensino a distância, inexisteriam desvantagem para este, mas para aquele. É o que sugere estudo do Centro Interdisciplinar de Novas Tecnologias na Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Tabela III – Comparativo entre livro didático e unidades de ensino para EAD

Educação presencial – Livro-texto	Educação a distância – Unidades para EAD
Comunicação unidirecional.	Comunicação bidirecional.
Aprendiz é passivo.	Aprendiz está ativamente envolvido.
Estrutura não explicitada.	Aprendiz guiado.
Leitura.	Diálogo.
Impessoal.	Amigável e encorajador.
Pouca aplicação do conhecimento e de habilidades.	Aluno aplica novo conhecimento e habilidades.
Sem atividades a não ser no fim do capítulo.	Atividades e exercícios ao longo do texto.
Conteúdo em capítulos ou grandes módulos.	Conteúdo dividido em pequenos módulos.
Sem registro de acompanhamento.	Registro do acesso a cada módulo.

Fonte: Centro Interdisciplinar de Novas Tecnologias na Educação, da UFRS.

Bragança (2003) cita que novos recursos comunicacionais empregados em EAD contemplam novas teorias da comunicação, enfatizam o alcance do público-alvo, a comunicação integrada e a consideração das especificidades. Outro ponto a ressaltar sobre a qualidade do material didático e de apoio, no dizer de Gatti (2004, p. 2), é que os recursos didáticos influem significativamente na aprendizagem e motivação dos participantes. Assim, sua produção deve ser “extremamente cuidadosa, envolvendo um delicado trabalho com os conteúdos, com a didática, com as linguagens das mídias, com a organização visual, com os processos interativos”. Deve ser auto-explicativo ao máximo, “com informações decodificáveis pelos participantes, sem intérpretes, criando oportunidade de extrapolações, pesquisa, reconstrução de fatos do conhecimento humano, situações-problema, etc.”.

Ainda sobre a qualidade do material empregado no ensino a distância, entrevista do Secretário Nacional de Educação à Distância, João Teatini, ao jornalista Darlan Alvarenga (São Paulo, 2004), dava conta de que “professores de universidades pagas e públicas estão adotando o material feito para a educação a distância porque é feito numa linguagem muito mais acessível”, num eloqüente reconhecimento da qualidade do material usado no ensino à distância.

Acerca da condução dos processos de ensino e aprendizagem, o que seria exigido dos docentes que lecionam no ensino presencial que não o seria dos mestres dedicados ao ensino a

distância? Segundo Litwin (2001, p. 103), dos docentes de cursos a distância, como no caso dos demais, são exigidos saberes básicos como: conhecimento do conteúdo, conhecimento pedagógico, especialmente no que diz respeito às estratégias e à organização da classe, conhecimento curricular, conhecimento pedagógico acerca do conteúdo, conhecimento sobre os contextos educacionais, conhecimento das finalidades, dos propósitos e dos valores educativos e de suas raízes históricas e filosóficas.

Na esteira do que diz Litwin, um bom docente “cria proposta de atividade para a reflexão, apóia sua resolução, sugere fontes de informações alternativas, oferece explicações, facilita os processos de compreensão, isto é, guia, orienta, apóia, e nisso consiste o ensino” (2001, p. 99). Parece-nos que esses atributos independem do modelo de ensino, se presencial ou não.

Não seria temerário afirmar que professores que atuam em EAD são tão ou mais exigidos quanto os demais, o que pode melhorar o quadro de docentes e, por conseqüência, em sendo os mestres organizadores e condutores do processo de ensino e aprendizagem, admitir-se condições mais favoráveis a desempenho satisfatório.

Para Niskier, citado por Machado e Machado (2004), o docente de curso a distância reúne diversas qualidades, dentre as quais a de planejador (competência de gestor), pedagogo (competência profissional docente), comunicador (competência social) e técnico de informática (competência tecnológica). E acrescenta que o professor atua na produção do material didático e seleção dos meios mais adequados para sua multiplicação e mantém uma avaliação permanente para aperfeiçoar o sistema. E os autores continuam citando Niskier ao listar papéis do tutor de EAD:

- comentar os trabalhos realizados pelos alunos;
- corrigir as avaliações dos estudantes;
- ajudá-los a compreender os materiais do curso através das discussões e explicações;
- responder às questões sobre a instituição;
- ajudar os alunos a planejarem seus trabalhos;
- organizar círculos de estudo;
- fornecer informações por telefone, *fac-símile* e *e-mail*;
- supervisionar trabalhos práticos e projetos;
- atualizar informações sobre o progresso dos estudantes;
- fornecer *feedback* aos coordenadores sobre os materiais dos cursos e as dificuldades dos estudantes;
- servir de intermediário entre a instituição e os alunos (NISKIER, 1999, apud MACHADO e MACHADO, 2004).

Eventual alegação de falta de troca de experiência entre professores, tutores e seus alunos parece-nos uma questão em superação. Em matéria da Folha *On-line* – Especial, de 28.09.2004, em entrevista concedida a Camila Marques, o Professor da UNICAMP Sérgio Amaral reconhece que havia perda de troca de experiência entre professores e alunos, mas que esse aspecto da EAD foi minorado pelo aumento do uso da *internet*, e afirma: “não que o contato humano para um jovem em desenvolvimento não seja importante, mas na EAD essa falta (de contato) não pode ser vista como um item que torna o ensino menos efetivo ou pior”.

Com esse entendimento concorda o presidente da Associação Brasileira de Educação a Distância, Frederic Litto, ao informar na mesma entrevista que a *internet* supriu tal necessidade. E vai além: “a socialização existe sim. Há os *chats* (salas de bate-papo), as videoconferências”. E acrescenta: “Muitas vezes, existe até maior liberdade para levantar dúvidas porque a inibição de falar na frente de uma classe inteira é descartada”.

Souza, Oliveira e Cassol (2005, p. 3), apoiados por Sousa (1997), em pesquisa intitulada “Tutoria como Instrumento para a Educação a Distância”, registram que, por intermédio da *internet*, alunos e professores “podem estar a quilômetros de distância, mas a função do professor/tutor de ajudar o aluno continua tendo a mesma importância”. E realçam: “E, para surpresa de muitos, os pesquisadores estão descobrindo que a interação entre professor x aluno pode se dar com muito mais intensidade quando o processo de aprendizagem se realiza via *e-mail*”.

A propósito da qualidade do curso e desempenho dos alunos, permitimo-nos aludir a nossa experiência de ensino de disciplina em regime presencial e semipresencial, em mesma instituição de ensino superior localizada em Brasília/DF, com idêntica carga horária e critério para aprovação. No regime presencial, uma turma continha 56 alunos e outra 52. No regime semipresencial, a turma era constituída de 105 alunos. O material didático do curso semipresencial era melhor que o do presencial.

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem nas turmas presenciais foi realizada por intermédio de três instrumentos de avaliação: uma resenha, um trabalho sob forma de seminário e uma prova final subjetiva e individual. A avaliação do desempenho do processo de ensino e aprendizagem na turma semipresencial ocorreu por meio de maior número de instrumentos avaliatórios: três provas, três testes objetivos e participação do aluno em três fóruns de discussão. A participação nos fóruns foi semanal, obrigatória, mediada pelo tutor e

acompanhada por coordenadores do curso, com critérios subjetivos de apreciação baseados na qualidade das contribuições do aluno, cujas participações eram registradas e arquivadas. Ou seja, o aluno do regime semipresencial era levado a participar do fórum semanalmente, e como suas abordagens eram escritas, de forma lateral gerava ganhos de aprendizagem no exercício da escrita. Este professor foi mais exigido na condução dos processos das turmas semipresenciais. Verificou-se maior envolvimento e melhor desempenho dos alunos dessa nova modalidade de ensino.

À guisa de conclusão

O atendimento à demanda reprimida e crescente por vagas no ensino superior carece de soluções fora do âmbito do modelo tradicional de educação, impondo às autoridades adoção de novos paradigmas educacionais, dentre eles o modelo de educação a distância. Esse se afigura mais acessível financeiramente ao aluno, mais vocacionado para atender grandes contingentes populacionais que vivem à margem da educação superior – e por isso com forte pendor para inclusão social, mais adequado ao aumento da cobertura com educação num país de dimensões continentais, mais propício pela flexibilidade em termos de escolha de espaço, tempo e ritmo dos discentes.

O ensino virtual é processo de mudança mais inclinado a pôr fim às salas de aulas lotadas onde alunos se comprimem e têm a aprendizagem dificultada, é capaz de atender a aprendentes que trabalham e não conseguem manter o ritmo dos demais, pode propiciar ao discente reprovado o desvio da espera de mais um ano quando a disciplina for oferecida novamente, é suficiente para evitar longos trajetos de idas e vindas à instituição de ensino, encurtar distância e reduzir seus conseqüentes gastos.

A exaustão do crescimento das universidades públicas e os custos necessários para instalações físicas agravam e esgotam as possibilidades de aumento de vagas no ensino tradicional em quantidade exigida pela demanda, diante do que, se de um lado permitem aduzir que as formas convencionais já não representam terapêutica para o quadro de descompasso entre oferta e procura, de outro, recomendam a busca e implantação de novas tecnologias de educação.

A qualidade da educação a ser oferecida à população não residiria no modelo adotado – presencial ou a distância, mas na propriedade e cumprimento dos pressupostos de qualidade que amparam um ou outro. Nessa linha, mais que o modelo adotado, os fatores importantes para o

sucesso seriam os arranjos legais de credenciamento, de fiscalização e de avaliação preconizados pela autoridade educacional do País. Os aspectos determinantes do êxito seriam a concepção dos cursos e bases pedagógicas, a preparação dos professores e as práticas docentes principalmente, os quais, de qualquer sorte, não atendendo aos requisitos de qualidade, afetariam negativamente tanto o ensino presencial quanto o ensino a distância. Os aportes teóricos e experiências abordadas neste trabalho não autorizam cogitar-se, *a priori*, de desvantagem qualitativa do ensino a distância comparativamente ao ensino tradicional.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, L. G de. Competitividade e recursos humanos. *Revista de Administração*. São Paulo, v. 27, n. 4, p. 16-29, out./nov. 1992.

ALVARENGA, D. *Secretário Nacional quer triplicar número de vagas no ensino superior virtual*. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/materias/mundovirtual>> Acesso em 01 ago. 2006.

BELLONI, M. L. Ensaio sobre a educação à distância no Brasil. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 78, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php/script>>. Acesso em 05 jun. 2006.

BRAGANÇA, K. B. N. *Produção de material didático em multimídia para EAD: diagramação de material impresso e audiovisual*. Disponível em <http://www.prograd.ufes.br/seminário/forum_licenciaturas/arquivos>. Acesso em 22 abr. 2006.

BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. *Relatório da Comissão assessora para a educação superior a distância*. Brasília, 2002.

_____. Ministério da Educação e Desporto. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. *Projeções de demanda por matrículas no ensino superior*. Brasília, 2004.

CASTRO, A. A. Noventa mil novas vagas até 2007. Entrevista. *ACS – Assessoria de Comunicação Social da UNB*. 2006. Disponível em: <<http://www.unb.br.acs.unbagencia/>> Acesso em 07 jul. 2006.

CENTRO INTERDISCIPLINAR DE NOVAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO. *Alfabetização visual para a produção de objetos educacionais*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2003. disponível em: <<http://penta2.ufrgs.br/edu/alfabetizaçãovisual>>. Acesso em 21 abr. 2006.

CHAVES, E. O. C. *A Filosofia da educação e a análise de conceitos educacionais*. Disponível em: <<http://www.chaves.com.br/text/philos>>. Acesso em 16 jan. 2006.

- DRUCKER, P. *A sociedade pós-capitalista*. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2001.
- FREIRE, P. *Multinacionais e trabalhadores no Brasil*. São Paulo: Brasiliense S.A. 1979.
- GATTI, B. *A Formação de professores a distância*. Critérios de qualidade. 2004. Disponível em <<http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2002/ead/eadt1b.htm>>. Acesso em 13 mar. 2006.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS INDÚSTRIAS. *Contribuições da indústria para a reforma da educação superior*. Brasília, 2004.
- LISONI, J. A.; LOYOLLA, W. *Custos: uma análise comparativa entre educação presencial e a distância*. Disponível em: <<http://www.abed.html>>. Acesso em 14 mar. 2006.
- LITWIN, Edith (Org.). *Educação a distância: temas para debate de uma nova agenda educativa*. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- MACHADO, N. J. *Educação: projetos e valores*. São Paulo: Escrituras Editora, 2000.
- MACHADO, L. D.; MACHADO, E. C. *O papel da tutoria em ambientes de ead*. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza/CE, 2004.
- MOTTA, P. R. *Transformação organizacional: a teoria e a prática de inovar*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1998.
- MULHOLLAND, T. Entrevista concedida em 30.06.2006 a André Augusto Castro, Editor da UNB Agência. 2006. Disponível em: <<http://www.unb.br/acs/unbagência>>. Acesso em 07 jul. 2006.
- NEVES, C. M. de C. *Referenciais de qualidade para cursos a distância*. Ministério da Educação e Desporto. Brasília, 2003.
- SÁ, I. M. A. *Educação a distância: processo contínuo de inclusão social*. Fortaleza: C.E.C, 1998.
- SENGE, P. *A quinta disciplina: a arte e prática da organização de aprendizagem*. São Paulo: Best Seller, 1990.
- SOUSA, C. A.; OLIVEIRA, J. C.; CASSOL, M. P. *Tutoria como instrumento para a educação a distância*. Educação a Distância. Universidade do Vale do Itajaí. Itajaí/SC, 2005.
- UNESCO. *Rapport mondial sur l'éducation*. Paris, 1995.
- WICKERT, M. S. *O futuro da educação a distância no Brasil*. Palestra. Centro de Educação Aberta, Continuada. Universidade de Brasília, 1999. Disponível em: <<http://www.intelecto.net/EAD-textos>>. Acesso em 10 set. 2006.

Artigo publicado na revista da UNICAMP “ETD – Educação Temática Digital , Campinas, v.9, n.1, p.84-98, dez. 2007 – ISSN: 1676-2592. 9”.